

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 7ª Sessão Ordinária.

Em virtude da realização de reunião na Presidência, neste momento, para definir a questão de ordem, e também em decorrência de um almoço realizado com

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

o Governador Agnelo Queiroz e a base aliada, ainda estão chegando à Casa alguns Parlamentares.

Suspendo, portanto, a sessão por dez minutos, até que os nobres Parlamentares cheguem ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h24min, a sessão é reaberta às 16h42min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Foi comunicado que a reunião na Presidência com os Líderes acabou e que os Parlamentares estão descendo. Para ganharmos tempo, declaro reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Vice-Líder do PSD, Deputada Liliane Roriz, em substituição à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Meu boa-tarde a todos vocês. Na qualidade de Vice-Líder do PSD, da Deputada Eliana Pedrosa, da Deputada Celina Leão e do Deputado Washington Mesquita, entendo que o nosso partido tem de apoiar a Carreira Fazendária. Podem contar com o nosso apoio. Eu, na qualidade de Vice-Líder, e também os meus colegas queremos colocar o nosso gabinete à disposição de todos vocês para que possamos ir agora conversar com todos os outros Deputados para chegarmos a um acordo que atenda às necessidades da Carreira Fazendária.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, passo a palavra, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano, ao Vice-Líder Deputado Aylton Gomes.

Comunico também a presença do nobre Presidente desta Casa, Deputado Wasny de Roure, neste plenário. (Palmas.)

DEPUTADO AYLTON GOMES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Antes de qualquer coisa, quero agradecer a Deus pela oportunidade. Agradeço ao Presidente pela oportunidade da fala, à querida imprensa, aos nobres pares e a essa galeria, porque não é comum vermos uma galeria recheada de gente bonita, gente esperta. Parabéns! A categoria, quando se mobiliza, quando se une, consegue esse resultado. Esta Casa já fez o seu papel, que foi o de realmente votar e aprovar aquilo que era justo, aquilo que vocês mereciam. E hoje, com certeza, esta Casa continua apoiando-

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 3

os para que a lei que os beneficia possa valer e vocês possam fazer usufruto de uma conquista que já é de vocês.

Que Deus abençoe vocês. Não desanimem. Continuem assim. Essa maneira ordeira, essa maneira coerente é a maneira da conquista. Não tem ninguém que vai contra esse formato de luta.

Eu sou bombeiro, e se tem uma coisa que o Corpo de Bombeiros me ensinou foi atender o próximo como próximo, porque toda vez que o bombeiro chega a um socorro, ele não pergunta o partido político, ele não pergunta a crença religiosa, ele não pergunta onde mora a vítima, ele atende o próximo como próximo. No dia em que o ser humano for capaz de atender o próximo como próximo, nós estaremos próximos dos ganhos. E vocês estão fazendo isso com respeito, com ordem, usando o fórum necessário porque aqui é a Casa do Povo, é a caixa de ressonância dos problemas da sociedade, e vocês se valeram disso. Estão fazendo vez. Esta Mesa, a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Liliane Roriz, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Wasny de Roure, bem como todos os Deputados desta Casa, não tenho dúvidas, estão imbuídos em defender a causa de vocês.

Parabéns! Que Deus abençoe cada um de vocês. E contem com esse bombeiro aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos e a todas. Quero me referir, nesta tarde, à decisão que foi tomada pelo Governo do Distrito Federal com relação às empresas de transporte urbano de propriedade da família Amaral. Ontem houve um processo de assunção, por parte do GDF, da operação dessas empresas.

É importante que todos compreendam que, em nenhum momento, trata-se de uma desapropriação ou até, como poderiam pensar, de uma expropriação. Trata-se de uma assunção da gestão das empresas para atender ao interesse público. Todo mundo sabe. Todos aqui são Parlamentares e recebem, com certeza, as queixas da população das cidades assistidas por essa empresa com relação a ônibus velhos, quebrados, com pneus absolutamente carecas. A *TV Globo* mostrou fartamente no seu jornal a contradição de uma série de ônibus sendo canibalizada para que as peças passem a servir a outros ônibus. A comissão que vai assumir a gestão dos ônibus, que é a direção da TCB, pôde constatar também vários ônibus mais novos sendo pintados para que pudessem operar no Entorno, onde a família também possui empresa de ônibus operando.

Então, não poderia o governo assistir de braços cruzados a uma situação em que, crescentemente, a população se encontrava desassistida. Por isso, eu quero, aqui, aplaudir a decisão do governo de tomar essa atitude para garantir aos moradores de São Sebastião, de Planaltina, de Sobradinho, do Paranoá, o direito à

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	4		

locomoção. O governo destinou 15 milhões de reais para comprar os itens essenciais à recuperação dos ônibus. Para vocês terem uma ideia, a empresa possui cerca de 460 ônibus cadastrados, e só opera com 186 ônibus. Então, a população não podia mais conviver com essa situação.

Quero aqui, como Parlamentar, cumprimentar o governo por sua atitude. É uma atitude corajosa, corajosa porque, a partir de agora, qualquer problema que tenham os ônibus é de nossa responsabilidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, eu entendo que o Governo do Distrito Federal assume historicamente uma postura que já deveria até ter sido, em anos anteriores, tomada em decorrência da envergadura do problema. O problema do transporte hoje no Distrito Federal é o problema mais grave, porque é um problema associado a uma política pública responsável pela população da capital de um país que hoje se coloca na condição de sexta economia deste planeta.

Portanto, a decisão do Sr. Governador naturalmente foi robustecida por uma leitura técnica, apreciada pelo Ministério Público do Distrito Federal. Hoje, numa audiência coletiva com os Deputados, a própria Procuradora-Geral do Ministério Público aprofundou a decisão do próprio governo, sem sequer ter sido inquirida sobre a matéria. Assim, Deputada Arlete, o Governador toma uma posição, inclusive elogiada por Parlamentares da Oposição ou por Lideranças da Oposição, pela necessidade de que Brasília seja vista como uma cidade à altura de uma população que responde por toda a problemática que ela gerencia, que conduz neste país.

Portanto, a Liderança do Governo está de parabéns porque representa o governo num momento tão importante como este.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Só para complementar, quero também aqui dizer da importância do papel que teve, neste processo, o Vice-Governador, Tadeu Filippelli, o Secretário de Transportes, José Walter, o Presidente do DFTrans, o Campanella, e o Diretor da TCB, o Koch, que está com a responsabilidade de operar esse sistema.

Então, quero aqui comunicar aos Deputados a importância desse gesto do governo e pedir à Câmara Legislativa todo o apoio para que se possam produzir excelentes resultados dessa decisão. Espero que a população desta cidade possa, de fato, ser melhor assistida até que se concluam todas as licitações e que a gente possa contar com as novas empresas operando com ônibus em idade razoável, porque os ônibus que operam dessa empresa estão passando dos dez anos de funcionamento.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete, nossa Líder de Governo aqui, quero me somar a V.Exa. nesta tarde, neste momento que acredito ser um marco dentro da política pública de transporte que o Governo do Distrito Federal tem buscado implementar para mudar o estado caótico do transporte coletivo no Distrito Federal.

Esse é um processo que já vem desde 2011, com a votação nesta Casa do PDTU, fato inédito. Pela primeira vez, o Distrito Federal foi dotado de uma lei, de um instrumento normativo que disciplinasse e ao mesmo tempo fizesse um planejamento para o futuro com vistas à melhoria do transporte coletivo na cidade. E ontem nós fomos todos, diga-se de passagem, surpreendidos por essa ação cuidadosa, meticulosamente planejada, estudada, com o amparo do Ministério Público, como V.Exa. colocou, e de um efeito, na nossa opinião, muito positivo. Essa ação enche de esperança o usuário, principalmente, porque no Grupo Amaral, há muito, há muito, vinha caindo a qualidade do serviço. Há muito tempo, ele deixava de atender com qualidade – com os dados que V.Exa. já colocou aí, de um total de 400 veículos cadastrados, apenas pouco mais de 150, 180, se não me engano, trafegavam e em condições ruins.

Então, foi uma medida necessária, corajosa. Quero aqui parabenizar o Governador Agnelo e os outros membros que V.Exa. citou, em especial o Vice-Governador Tadeu Filippelli, e dizer que a população trabalha com muita esperança de que essa ação repercuta de uma forma positiva. Eu tenho plena confiança de que isso acontecerá, sobretudo pela maneira como foi conduzido esse processo.

Ainda temos outros problemas. Inclusive, quero até citar que em diversos *blogs* das redes sociais, a população já está pedindo a mesma coisa para a Viplan. Eu não tenho aqui nenhum receio de dizer ou não, até porque, Deputada, eu fui autor de uma queixa-crime contra a Viplan, ano passado, que se transformou em um inquérito na Delegacia de Defesa do Consumidor. Foi instaurado porque a Viplan também tinha essa prática nefasta de colocar ônibus ruim para rodar e deixar a população à margem.

Hoje, nós discutimos a questão do Grupo Amaral. A Secretaria de Transportes está em excelentes mãos, o Governador Agnelo está atento a toda essa situação. É realmente um marco para deixar clara a posição do governo e para, de uma forma muito clara também, encher de esperança o usuário de que em breve teremos boas notícias com a licitação, com os corredores rápidos de transportes.

Enfim, eu tenho muita esperança de que esse problema seja solucionado para aquela pessoa, para o cidadão que sofre tanto nas cidades de Brasília, sobretudo na minha Planaltina.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 6

Para concluir, quero dizer que o recado claro que o Governo do Distrito Federal passa à sociedade é que nós não mais vamos aceitar a contingência que no passado recente havia em Brasília de que eram os empresários que mandavam, mandavam no Fácil, mandavam na compensação dos vales, etc. Isso não vai mais acontecer. Existe um governo que reconstruiu a TCB justamente para ser uma empresa de regulação do sistema de transporte coletivo em Brasília. Todas as medidas estão sendo tomadas para melhorar a mobilidade urbana, como é o caso do BRT e, inclusive, da expansão do Metrô até a Asa Norte.

Então, eu espero que essa decisão sirva de exemplo para que as outras empresas também comecem a levar a sério a capacidade que o governo tem de promover essa regulação do transporte coletivo em Brasília.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, primeiro eu queria parabenizar, pois até como Oposição temos que ser justos. Acho que o posicionamento do Governo do Distrito Federal foi importante. É emblemático, e acho que ele precisa ter procedência e continuidade. Nós acreditamos... Eu sempre defendi, inclusive em plenário, o transporte público, porque qualquer que seja o empresário que venha a operar no sistema de transporte, ele vai visar ao lucro, ele nunca vai visar às pessoas, à população que faz uso desse transporte. Então, nós deixamos um apelo aqui: o resgate total da TCB, o resgate de verdade, não uma intervenção perene, momentânea, mas que o Governo do Distrito Federal tome conta mesmo do transporte público e o retire mesmo dos empresários. Se o governo quiser, ele tem condições, sim, de cuidar do transporte público e de cuidar da TCB, que foi criada para isso.

Então, é um passo importante, mas deixamos o registro aqui para que se dê continuidade, acho que é importante esse resgate da TCB.

Eu recebi, Deputada Arlete Sampaio, um grupo de funcionários da TCB que são motoristas e não têm o que fazer. Eles são motoristas e estão em desvio de função porque não tem ônibus. Havia ônibus parado, quando eu fiz a visita, dentro do galpão.

Acho que é um passo importante, temos que reconhecer isso, e deixamos esse apelo para a continuidade do serviço público.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, primeiramente, quero parabenizar V.Exa. por sua intervenção, como Líder

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

do Governo, ao explicar essa situação. Nós sabemos que o transporte público do Distrito Federal é caótico. Na verdade, existia uma caixa preta do transporte público. O Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz e o Vice-Governador Tadeu Filippelli, desde que assumiram – e essa não é a primeira atitude, é bom lembrar isso –, têm envidado todos os esforços para que o transporte público do DF melhore. Um exemplo disso é a questão do passe estudantil. Tínhamos filas e filas em todas as cidades do Distrito Federal para a compra do passe estudantil, e o governo, inclusive com a participação de soldados do Exército, regularizou, assumiu a responsabilidade, e as filas acabaram. Isso é um ponto positivo para o governo. A Deputada Eliana Pedrosa se lembra disso, inclusive quando foi aprovada a lei na legislatura passada.

Agora o governo faz essa operação, que foi feita de madrugada, com todo sigilo. Os técnicos agiram da melhor maneira possível. E nós sabemos que isso não só faz com que a empresa do Valmir Amaral possa dar um transporte de qualidade, mas nós também vemos que garante o serviço dos quase 3 mil trabalhadores. Os sindicatos rodoviários também apoiam essa decisão, mas, mais que isso, as demais empresas de transporte público do Distrito Federal agora têm medo de não agirem com lisura e transparência. Inclusive, não colocando ônibus para circular nas ruas – o que muitas faziam e nós sabemos como. Não é à toa que essa intervenção mostrou inclusive o *kit* que eles tinham, que passavam de ônibus para ônibus, para serem autorizados a trafegar no Distrito Federal, depois de uma vitória, se não me engano, pelo DER ou pelo Detran.

Então, é importante lembrar que essa ação do Governador Agnelo e do Vice-Governador Tadeu Filippelli, do Governo do Novo Caminho, mostra a firmeza do Governador, juntamente com outras ações também, como o PDTU – Plano de Transporte Urbano do Distrito Federal, que foi aprovado na Câmara Legislativa, inclusive, e garantiu um investimento de 2 bilhões e 400 milhões do PAC da Mobilidade.

Hoje, nós temos as obras avançadas, Deputada Arlete Sampaio, do BRT – Sul; já licitado do BRT – Leste, e também vai se iniciar a licitação do BRT – Norte, para que, no final da Copa de 2014, mais ainda, o governo tenha a mobilidade, que faça planejamento de gestão, pense e se planeje para que, depois da Copa, nós tenhamos um resultado efetivo.

Agora, é importante que a Câmara Legislativa, no papel de cada Parlamentar, independentemente se da Base do Governo ou da Oposição e, principalmente, a Comissão de Transporte de que a Deputada Eliana Pedrosa, inclusive, faz parte junto com o Deputado Robério Negreiros e outros Deputados, participe dessa intervenção da fiscalização. Nós tivemos vários exemplos em outros estados – em São Paulo já há mais de dez intervenções. Mas nós tivemos também um exemplo malsucedido no Estado de São Paulo, onde houve um prejuízo de 74 milhões de reais.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

Então, é preciso que a Câmara Legislativa fiscalize junto com os órgãos de controle, que são o Ministério Público, que avalizou a decisão do Governo do Distrito Federal, e o Tribunal de Contas, para que a gente não deixe o dinheiro ser desperdiçado. Que nenhum dinheiro público fique nos cofres da empresa, porque todo o dinheiro que vai ser investido, os 15 milhões, já dos mais de 7,1 milhões que estão sendo investidos, agora liberados para que a empresa possa ser gerida – é bom deixar claro que é só gestão – vai ser recuperado depois durante a bilhetagem. E o governo tem como fazer isso para que as pessoas não achem que estão investindo 15 milhões do empresário.

Na verdade, o que se quer garantir é um transporte público de qualidade a todo cidadão aqui do Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio, parabéns pelo seu pronunciamento.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputado Patrício, muito bom ouvi-lo. V.Exa., que foi Presidente desta Casa durante dois anos, fez uma intervenção extremamente pertinente, resgatando e dialogando com a Deputada Celina Leão. Quer dizer, a mais importante contribuição que o governo deu ao Distrito Federal e demonstrou suas intenções, de fato, para mudar a realidade do transporte coletivo nesta cidade, foi a votação do PDTU, tão bem conduzida aqui pelo Deputado Patrício.

Portanto, quero aqui, mais uma vez, pedir a todos os Parlamentares a sua participação e o seu engajamento em todo esse processo, porque o que nós queremos, o que esta Casa quer – tenho certeza de que a Mesa Diretora e o corpo de Parlamentares querem – é que a população de Brasília seja bem assistida. Esse é o nosso grande objetivo.

Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a V.Exa., aos colegas Parlamentares e a todos os servidores da Secretaria de Fazenda que nós mantivemos, no final da manhã, um contato com o Secretário de Fazenda, que ficou de estabelecer um horário, Deputada Eliana Pedrosa, para receber uma comissão dos servidores, como também uma comissão de Parlamentares para reabrir as negociações e poder dar desdobramento ao assunto, até porque esse assunto foi recentemente acompanhado nesta Casa por alguns Parlamentares, entre eles, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Rôney Nemer e eu, inclusive.

Então, Deputado Rôney Nemer, ficou de ser designado o horário em que ele deverá nos receber, juntamente com o Secretário da Administração. Só para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

tranquilizar os servidores que vieram aqui com essa perspectiva, no final da manhã, nós já tínhamos mantido contato em função de uma comissão que nos visitou no dia de ontem.

Sr. Presidente, são essas as informações acerca do desdobramento da negociação da categoria que está em greve.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de parabenizar o Deputado Wasny de Roure pela iniciativa. Hoje eu conversei pelo telefone com o Helvécio – eu não sei se ele está aí – e também ficou acordado que a questão é basicamente esta: uma audiência para que os servidores tenham a oportunidade de explicar e ter pelo menos uma posição do Secretário de Fazenda a respeito de uma solução para o caso deles.

Esse encaminhamento dado pelo Deputado Wasny de Roure é interessante e abre uma perspectiva, atende uma das principais demandas de vocês que estão hoje nesta galeria.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PMDB/PTC/PTdoB/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar o pessoal da Carreira Fazendária, cumprimentar todos os servidores na pessoa do Helvécio, que é nosso presidente, e todas as mulheres da carreira também na pessoa da Eunice.

Eu queria agradecer ao Deputado Wasny de Roure, nosso Presidente, que já agendou a reunião, da qual quero participar. Eu gostaria de tranquilizá-los. O Partido dos Trabalhadores, o Governador Agnelo, o Vice-Governador Filippelli e todo o conjunto de secretariado têm no servidor público o seu grande apoiador, o que nós servidores públicos somos para todas as secretarias. Vocês, principalmente.

Então, eu acredito que a gente, com diálogo, com serenidade, com bom senso, com conversa... E, como bom mineiro que sou, nunca vou para o embate, eu sempre começo comendo pelas beiradas. É dessa forma, com reuniões – já foi adiantado que é junto com o Secretário de Administração – para efetivamente a gente fazer o desdobramento daquele projeto que foi aprovado no ano passado, com a unidade e o apoio de vocês e do governo, que esta Casa aprovou com o conjunto dos 24 Parlamentares. Mas a gente quer que as outras coisas sejam também desdobradas, tudo aquilo que foi combinado. E que também outros pleitos possam ser feitos, porque nós servidores sempre precisamos ser valorizados. Afinal de contas, quem carrega o piano do governo somos nós servidores concursados do Governo do Distrito Federal. Portanto, a minha solidariedade a vocês.

Eu queria também dizer, Deputada Arlete Sampaio – eu não pude falar –, que uma coisa muito legal foi essa assunção, e não intervenção, lá na viação. O conjunto de empresas lá do lado norte que opera o sistema de transporte é que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		10	

valoriza e fortalece a TCB, que é uma empresa pública de vários concursados que estavam desmotivados e que, hoje, de repente, se sentiram importantes de voltar a sua empresa para trabalhar. Isso é muito importante. A TCB foi desmontada durante vários governos, em privilégio dos empresários particulares de transporte público, tendo suas linhas passadas para eles. Hoje, o governo faz o contrário e é com coragem. Isso é muito legal, porque muitos diziam que o governo poderia ter algum compromisso político com os donos de empresas de ônibus, que podiam ter sido ajudados de alguma forma na campanha. O Governo Agnelo e Filippelli mostra que nada disso é verdade, como eles sempre disseram. O compromisso principal deles é com a sociedade do Distrito Federal.

Obrigado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – O meu pedido da palavra é porque, na reunião de Líderes, eu havia falado para o Presidente que ainda havia uma conversa dentro do nosso bloco para indicar um candidato a Corregedor. Já foi feita a conversa, e o nosso bloco não tem nome para indicar para o cargo de Corregedor, Sr. Presidente. Então, a decisão que o Presidente vier a tomar para a votação de amanhã estará tomada.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.
(Pausa.)

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz a minha intervenção quando a Deputada Arlete Sampaio estava falando nos Comunicados de Líderes, mas me esqueci de dar os parabéns à Deputada Eliana Pedrosa, pois é aniversário dela hoje. S.Exa. estava em São Paulo, mas hoje está aqui, está se recuperando de uma cirurgia. Portanto, vamos cantar os parabéns para ela.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO PATRÍCIO – Quero dizer que S.Exa. está muito elegante, que voltou muito melhor lá de São Paulo depois da cirurgia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Apenas a Deputada Eliana Pedrosa pode quebrar a regra regimental, para cantarmos parabéns dentro dos Comunicados de Líderes. Mas, pela relevância, pelo tempo e pelo respeito que temos pela Deputada, nada mais justo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 11

Deputada Arlete Sampaio e Deputado Cristiano Araújo, permitam-me conceder a palavra, primeiro, ao Deputado Dr. Michel, que já se encontra na tribuna.

DEPUTADO DR. MICHEL – Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, até por uma questão de cavalheirismo, eu passo primeiramente a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pois não queremos quebrar esse cavalheirismo que sempre foi peculiar da minha pessoa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Michel, obrigada por sua gentileza. Somente quero expressar para os componentes da Mesa o resultado da reunião do Colégio de Líderes acontecida há pouco. Consideramos que haveria condições de votarmos, hoje, alguns itens da pauta – a proposta está com V.Exas. –, os itens nºs 25, 26, 30, 40, 41 e 45, que são vetos já acordados. Além disso, a Liderança do Governo fez a solicitação aos Líderes, os quais concordaram, de votarmos hoje, mesmo com parecer em plenário, dois projetos de fundamental importância para a população do Distrito Federal. Um deles diz respeito à decisão do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, sobre a redução do ICMS para pessoas com deficiência. O outro trata de um crédito suplementar de 11 milhões, com o objetivo de garantir a rede *wi-fi* no centro de Brasília, uma exigência da Fifa para a realização da Copa das Confederações, como também para a manutenção do Planetário. Todos sabem que, há cinco anos, esse Planetário se encontra em reforma, e o governo agora decidiu por sua conclusão. Portanto, é esse de 11 milhões de reais. Queremos pedir o aval de todos os Deputados para que possamos votá-lo na tarde de hoje.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Incluo, a pedido da Líder do Governo, para discussão e votação como itens extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.348, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), bem como o Processo nº 35, que trata da homologação de convênio de ICMS.

Concedo a palavra, nos Comunicados de Líderes, ao nobre Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar a minha grande amiga, fraterna e eterna amiga Deputada Eliana Pedrosa. Cumprimento-a pelo seu aniversário. Que Deus a abençoe, ilumine o seu caminho e que V.Exa. continue sendo essa guerreira e líder, guerreira Deputada por Brasília. Brasília merece ter uma Deputada do seu quilate. Meus parabéns pelo seu aniversário.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 12

Segundo, a galeria esvaziou-se, mas eu queria falar com ela cheia, falar sobre um vagabundo que há nesta Brasília aqui, que se chama Dadá. Não é possível! Ele quer me trazer para o epicentro da vagabundagem dele. Não pode. Um homem sério não pode aceitar uma coisa dessas. Um homem sério não pode aceitar vagabundo querer trazê-lo para o epicentro da sua malandragem. Eu sou um homem sério.

Outro dia, estava eu ali do lado dos repórteres e a repórter me perguntou: "Você conhece o Dadá?" Conheço. "Você conversa com o Dadá?" Como é que eu vou conversar com o Dadá se o Dadá está preso? Só se eu estivesse preso para conversar com o Dadá. Não converso com o Dadá, mas eu conheço o Dadá. Eu nunca neguei para ninguém. Eu fui da Inteligência. Tanto é que estou aqui, porque aqui só tem inteligente. Eu fui da Inteligência e vim para cá. Nunca neguei para ninguém, mas fui da Inteligência boa. Se ele usou os caminhos errados e virou bandido, o problema é dele. Eu não tenho nada a ver com isso.

Agora, eu desafio qualquer um a vir dizer que tem alguma coisa que macule a minha imagem. Fui soldado da Polícia Militar, fui agente de polícia, fui delegado de polícia. E não fui um delegado, não. Eu fui o delegado – artigo definido. Aí vem esse marginal agora dizer que tinha um informante meu dando informações do governo lá na Secretaria do Meio Ambiente. Tudo bem, eu sou do PEN – Partido Ecológico Nacional e quero que o governo me dê realmente uma vaga lá na Secretaria do Meio Ambiente, porque eu não tenho vaga, não tenho ninguém. Em vez de o desgraçado... Desgraçado não é palavra, não, é quem não tem a graça de Deus. É só ir à igreja que vai ter a graça de Deus de novo e volta a ser engraçado. O desgraçado, em vez de dar o nome, não, quer colocar o meu nome no epicentro do furacão e vem dizer: "Não, é o Deputado Dr. Michel que tem um indicado". Por que não fala o nome do infeliz? Por que o meu nome? Eu sou um homem sério, eu sou um homem honesto. Mas honestidade é obrigação. Como está virando exceção, então, eu tenho que dizer que sou honesto, que sou sério.

Então, não venham me colocar nessas falcaturas de grampo telefônico, nessas quebras de *e-mails*. (Expressão retirada a pedido do Presidente, Deputado Wasny de Roure.) Eu já falei isso aqui e torno a falar. Aí venho eu aqui agora. Ele vai lá, dá suas entrevistas na *Folha de S.Paulo*. O diabo do jornalista não tem a capacidade de fazer a investigação e vem colocar o meu nome. E aí, como é que eu posso acreditar em uma matéria dessas? Como é que eu posso acreditar? Queria eu acreditar, mas não posso. Conheço o Marcelão? Conheço, da polícia. Vagabundo! Vagabundo! Já falei que é vagabundo e falo para qualquer um que sem-vergonha ele é. Agora, como eu posso acreditar na matéria, se o homem diz que o camarada lá da Secretaria de Meio Ambiente é indicado meu? Eu não tenho um indicado na Secretaria de Meio Ambiente. Bem que eu queria, porque sou do Partido Ecológico Nacional e teria de ter um indicado na Secretaria de Meio Ambiente. E eu conclamo ao governo: "Willemann, me ajuda com o Governador, para arrumar uma vaga na

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 13

Secretaria de Meio Ambiente, porque sou do PEN, e o PEN tem que ter uma vaga lá, mas não tem até hoje”.

Aí vem o Dadá aqui e diz: “Basicamente se descobriu que tinha um funcionário da Secretaria de Meio Ambiente que depois o Claudio veio a descobrir que era indicação de um Deputado. Esse rapaz passava as informações para o Sombra”. “Conhece o Sombra?” Conheço. “Passa informação para o Sombra?” Não passo. Para quê? Precisa, se o governo é transparente, se o governo é o Governo do Novo Caminho, se o governo não tem nada o que esconder? Meu telefone está aqui desde o dia em que entrei. Podem grampear esse diabo aqui o tanto que quiserem. Não há problema algum. Agora, quem tem seus rabos presos... O problema é de cada um. Teve encontro com o Deputado Francischini e era indicado pelo Deputado Distrital do PEN, Márcio Michel. Pelo amor de Deus! Só que na época em que era do PEN – eu sou do PEN –, o Francischini também era. Aqui ele põe o Francischini do PSDB, porque o Francischini está voltando. Eu continuo no PEN. Quer dizer, é uma mentirada desgraçada. O Dadá tem que tomar vergonha na cara. Ele tem que deixar de ser sem-vergonha. Se ele não sabe das coisas, ele não deve falar. E não deve envolver meu nome em palhaçada dele. Se ele tem o que falar, ele prove. Agora, sem prova, não.

Então, o que eu venho aqui hoje dizer, Sr. Presidente, é que não adianta querer me colocar nessas palhaçadas. Nunca neguei para ninguém. O que faço, eu não nego. Eu sou um homem que anda de cabeça erguida em todos os lugares. Não tenho nada a esconder, não tenho rabo de palha. Pulo qualquer fogueira, porque não pega fogo. Agora, quem tem seus rabos de palha que se esconda, que faça o que quiser, mas não me tragam para o meio, o epicentro do que está acontecendo. Não tenho nada a ver. Se o Claudio Monteiro falou para ele, se Claudio Monteiro falou, se não falou, problema deles. Não tenho nada a ver com isso. Nunca fiz grampo telefônico – ilegal, porque o legal, isso eu fiz e muito. Se o juiz deu autorização, fiz e muito, porque era a minha função como investigador, delegado de polícia. Delegado de polícia tem a lei que autoriza. Quando você pede autorização judicial e tem autorização – com autorização –, é investigação, faz parte da investigação policial. Porém, eu não sou marginal para quebrar *e-mail* de ninguém, para quebrar telefone, para quebrar a privacidade das pessoas. Então, fica aqui agora: será que o que o Dadá falou é verdade? Como é que nós podemos, agora, acreditar, se ele está dizendo que o indicado na Secretaria de Meio Ambiente era meu, e eu não tenho um – nem meio – indicado na Secretaria de Meio Ambiente? Se ele errou a secretaria, então, que dê o nome da pessoa que estava passando as informações e, se foi indicado meu, não é com minha autorização, e tem que ser exonerado porque quem quebra a privacidade das pessoas não é digno de estar no meio da sociedade. E eu digo isto: se for conhecido, tem que ser tirado, tem que ser colocado e tem que ser levado ao conhecimento da população. Agora, vir fazer uma palhaçada desse nível, não dá.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

Então, venho conclamar os meus pares, e aí, assim que as comissões, que eu pensei que iriam ser votadas hoje, forem votadas – não sei em que comissão vou estar, mas na que eu estiver –, nós vamos convocar o Dadá para vir aqui para que ele possa esclarecer. Eu não tenho medo. Pode vir o Dadá, o Dadão, o Dá que vier, pode vir qualquer um: não tenho medo. Qualquer um! Já enfrentei barra de tribunais. Eu sou um homem íntegro, Deputada Arlete Sampaio, não tenho medo. E falo olhando, porque eu já disse: a boca não fala, balbucia; o coração não fala, sente; mas os olhos dizem mais do que a boca e o coração. E eu falo olhando: pode trazer para qualquer comissão Dadá, Marcelão, qualquer um desses indivíduos, desses maus elementos, que eu os encaro e quero que eles provem qualquer coisa que macule a minha imagem. Agora, vir falar impropérios, colocar nome de homem sério... aí não dá, aí ninguém aguenta. Aí não dá, não admito. Vão lavar a boca com Qboa primeiro para falar meu nome, porque cachorrada, não! Não participo dessas falcatruas.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Agradeço a todos que estão ouvindo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas quero usar este tempo para, em primeiro lugar, parabenizar a atitude corajosa do governo de fazer a assunção da empresa do Grupo Amaral. É sabido, já de anos, que aquela área norte da cidade é a área que mais sofre com o transporte público, e o Grupo Amaral tinha por obrigação contratual da concessão pública trabalhar com 450 ônibus e estava disponibilizando apenas, para o sistema de transporte público, 180, o que estava prejudicando demais os trabalhadores daquela região. Então, foi uma atitude corajosa acordada juntamente com o Ministério Público.

Hoje cedo estivemos no Ministério Público, e a Procuradora Geral Eunice Carvalhido parabenizou a atitude do governo, além de ter acompanhado todo o acordo. Então, acho que foi um acerto do nosso governo, e nós temos que divulgar isso à sociedade, que não foi nada mais do que pensar na população, na qualidade do transporte público para a população.

Outro assunto também, Sr. Presidente, que eu queria frisar é com relação ao Parque da Cidade. Recentemente, a *Rede Globo* fez duras críticas à segurança do Parque da Cidade, dizendo que o parque estava mal cuidado. Na sexta-feira, tive oportunidade de correr lá no final do dia, e o que eu encontrei foi um parque muito limpo, com a cavalaria de polícia fazendo a vigília, também as motos do BPTan,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	02	2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

além da empresa de segurança privada. Então, das vezes em que estive no parque, foi uma das melhores, a que ele esteve mais bem cuidado.

Então, eu queria fazer esse elogio ao Governador, por essa atitude corajosa de fazer a assunção do Grupo Amaral, não deixar de fato a população sofrer, e a perspectiva é que melhore a cada dia.

Também quero parabenizar a gestão do Parque da Cidade, que, de fato, tem sido cuidado e está melhorando cada dia mais.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo. Eu pediria que os Líderes já fossem averiguando para que nós tenhamos condições de entrar na pauta da Ordem do Dia.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Srs. Parlamentares, Deputadas, Deputados, o que me traz à tribuna nesta tarde – e eu queria aproveitar e pegar um gancho na fala do Deputado Dr. Michel – é que eu acho que não há nada pior do que a dúvida, não há nada pior do que a dúvida. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre o comportamento do Deputado Dr. Michel, ou sobre a pessoa que ele é, ou sobre o caráter que ele tem. Esses dois anos de convivência com ele puderam mostrar que ele é um cara firme, transparente, coerente, posicionado.

Quando a gente se depara com um araponga que participou de um processo como esse – tão pesado, que foi, inclusive, deflagrado pela Polícia Federal – indo a público e colocando coisas gravíssimas, Deputada Eliana Pedrosa, eu quero colocar que, na fala do Dadá, o mais grave não é só citar um Parlamentar, é citar que todo esse esquema de arapongagem está ligado ao Chefe de Gabinete do Governador Agnelo. Isso é o mais grave do depoimento do Dadá! Isso é algo em que não pode haver dúvida! Essa dúvida não pode pairar nem sobre o Governo do Distrito Federal nem sobre a Câmara.

Para mim, Deputada Eliana Pedrosa, só há uma forma de se esclarecer a verdade: é que esta Casa fizesse uma CPI. Nós fizemos esse pleito no passado, nós pedimos a CPI da Arapongagem porque havia graves suspeitas: Dadá preso, os áudios da Polícia Federal falando sobre grampo, falando sobre Oposição, falando sobre várias coisas, e, agora, chega um membro que participou de todo o esquema e delata o esquema.

Eu acho que a fala do Deputado Dr. Michel aqui foi muito clara. Nós temos, sim, que ou aprovar a CPI, ou convocar o Dadá aqui, convocar o Cláudio Monteiro. Temos sim! O Cláudio Monteiro tem que ser convocado nesta Casa para dar explicações para nós! Nós temos pessoas que, hoje, o Dadá fala que foram violadas a mando do Cláudio. É um Secretário ainda do Governador! Isso não pode, essa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Casa não pode fazer de conta que nada está acontecendo e não dar uma resposta! Inclusive, se fosse eu o Secretário do Agnelo, eu me adiantaria e viria à Casa prestar esclarecimentos: olha, isso não aconteceu; do que o Cláudio me acusa, as acusações sobre mim não... Eu desafio! É isso quando a gente tem lisura, é esse o comportamento, como o do Deputado Dr. Michel. Eu não tenho medo. Eu quero uma convocação.

Naquele momento, Deputado Cristiano Araújo, a Polícia Civil criou um grupo especial para investigar esse caso com a desculpa de afundar a CPI. Só que – muito engraçado – o relatório foi encaminhado. V.Exa. recebeu, Deputado Dr. Michel, o relatório da CPI da Arapongagem no seu gabinete? V.Exa. recebeu? Eu não recebi! V.Exa. recebeu, Deputado Cristiano Araújo?

Então, para que serve esse relatório da Polícia Civil, se – na época, era para realmente abafar a CPI – ele não foi mandado para o Poder Legislativo ainda? Foi encaminhado para quem? Para o Ministério Público? Para as autoridades? Ou nós não somos mais autoridades? Nós somos autoridades! A desculpa, na época, foi a de que a Polícia Civil iria investigar. Investigou e sequer encaminhou para a Câmara Legislativa. Nossos gabinetes têm que ficar pedindo isso! Isso, quando foi encaminhado, quando foi fechado, eu acho que o primeiro Poder que deveria receber esse relatório era o Legislativo. A grande desculpa de vários Parlamentares, inclusive que estão aqui, era a de que a Polícia Civil estava investigando. Investigou o quê? Chegou aonde?

Se nós não temos medo, o comportamento de quem não tem medo é o comportamento do Deputado Dr. Michel, que chega aqui e fala: eu quero olhar no olho; eu quero falar. Porém, o comportamento do abafa-abafa é fazer o que o governo está fazendo: abafou a CPI e não se pronuncia.

Quero deixar aqui um pedido: estou novamente pedindo a CPI da Arapongagem, porque não temos mais apenas os grampos, temos um réu confesso, que fala que violou, que fala que foi a mando do Cláudio. E o Cláudio ainda é secretário. É gravíssimo! Esta Casa tem que se manifestar.

Vocês imaginem se somente depois que essa ação tiver passado pela Justiça vocês descobrirem que foram violados nos *e-mails*, no telefone! Imaginem a sensação de morosidade deste Poder! Acho que precisamos nos posicionar.

Quero, dentro dessa fala, deixar meu registro quanto ao pronunciamento do Deputado Chico Vigilante, quando me chamou de desqualificada. Acredito que, para os interesses do Deputado Chico Vigilante, que é abafar a CPI, que é proteger o que não tem proteção, que é querer tirar o foco de uma situação grave e real como essa que temos, para puxar uma briga pessoal, eu sou mesmo. Não vou nem dar crédito a ele. Se eu der crédito a ele, vou aumentar o que ele representa hoje, tanto para a sociedade, para Brasília, quanto para mim, como Parlamentar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	02	2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Acho que a coisa mais importante que temos a fazer hoje, nesta tarde, é assinar essa CPI. Peço o apoio de V.Exa. Há dois requerimentos aqui. Um, referente ao Marcelão, que, inclusive, está aprovado. Onde está o Deputado Dr. Michel? Solicito ao Presidente desta Casa que marque a oitiva do Marcelão. O outro – vou pedir que seja incluído na Ordem do Dia – é a representação referente ao pedido de convocação do Sr. Cláudio Monteiro.

Quero conceder um aparte à Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, já foi observado aqui, pela Assessoria, que V.Exa. está falando no horário de Parlamentares. A Liderança já se manifestou, segundo a informação que recebi. Portanto, V.Exa. está no seu horário de Parlamentares, que, diga-se de passagem, já está concluído.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, ainda faltam dois minutos.

Eu gostaria de dizer aqui que é muito importante esta Casa trazer à tona o que está acontecendo. A realidade do que está acontecendo, da forma como está acontecendo. A gravidade do que está acontecendo. Porque se o Dadá afirma, ele deve ter provas. Agora, se ele não tiver provas, acho importante esclarecermos o que está acontecendo. É muito grave.

E, aí, começam a vir nomes de pessoas sérias, como o do Deputado Dr. Michel. Quero pedir aqui, hoje – já temos um requerimento aprovado, do Marcelão –, que marquemos a data da oitiva dele. E vou pedir hoje, Sr. Presidente, que seja incluído na Ordem do dia, também, o requerimento de convocação do Sr. Cláudio Monteiro. Trata-se do Requerimento nº 1.361. Já faço o apelo referente ao pedido, também, para que o Sr. Cláudio Monteiro seja ouvido pela Câmara Legislativa.

Ou será que vamos nos acovardar de convocá-los aqui para dar esclarecimentos? Quem não deve não teme. Eu sou da seguinte teoria: quem não tem medo vem para a tribuna, usa a tribuna e realmente traz à tona o que acha. Como diz o Deputado Dr. Michel: “Não tem rabo de palha”. Mas quem tem rabo de palha tem que afundar a CPI, tem que segurar a convocação, não pode deixar nada acontecer, porque tem muita coisa para esconder.

Esperamos que esta Casa traga a clareza de tudo o que está acontecendo, traga luz para tudo o que está acontecendo e traga a legalidade do que está acontecendo. É esse o meu apelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

Como já falaram os Srs. Deputados, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 25:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 75, de 2007, do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre a discriminação, de forma transparente, dos impostos incidentes nas mercadorias e nos serviços”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 75 2007

Fls. nº 53 §

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 75/07, que *dispõe sobre a discriminação, de forma transparente, dos impostos incidentes nas mercadorias e nos serviços.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 325/2012-GAG (fls. 49/50), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 75, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo, ficando a redação final conforme fls. 45.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição contrariaria o interesse público, por onerar, de forma desproporcional, os custos de operação de empresas no Distrito Federal, o que seria suportado pelo consumidor, havendo ainda dificuldade de operacionalização da medida, visto que o leiaute dos documentos fiscais é definido de forma nacional.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente
DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

 De p. Roberto Nogueira
Relator

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ficou acordado no Colégio de Líderes votarmos pela manutenção do veto. Portanto, voto "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 26/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 75/07 _____

Autor: Deputado(a): Ayilton Gomes Executivo

Relator: Deputado(a): Roberto Negreiros

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC				✓		
	ARLETE SAMPAIO	PT	✓					
	AYLTON GOMES	PR	✓					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	✓					
	CELINA LEAO	PSD	✓					
	CHICO LEITE	PT				✓		
	CHICO VIGILANTE	PT	✓					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	✓					
	CRISTIANO ARAUJO	PTB	✓					
	DR. MICHEL	PEN				✓		
	ELIANA PEDROSA	PSD	✓					
	EVANDRO GARLA	PRB	✓					
	JOE VALLE	PSB	✓					
	LILIANE RORIZ	PSD				✓		
	LUZIA DE PAULA	PEN	✓					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	✓					
	PATRÍCIO	PT				✓		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	✓					
	RAAD MASSOUM	PPL				✓		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	✓					
	RONEY NEMER	PMDB				✓		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				✓		
	WELLINGTON LUIZ	PPL	✓					
	WASNÝ DE ROURE	PT	✓					
	TOTAL		16			08		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____
 SECRETÁRIO DEP. ELIANA PEDROSA Fls.º _____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Mato 1384
 ASSINATURA _____ MAT. _____
 ASSP/ Nº _____ FOLHA Nº _____

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 26:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 384, de 2011, da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames clínicos para a prática de educação física nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PL nº 384, 2011
 Fís. nº 28

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 384/11, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames clínicos para a prática de educação física nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 326/2012-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 384, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula.

A proposição foi aprovada com emenda, ficando a redação final conforme fls. 20.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição contrariaria o interesse público, visto que haveria entendimento na literatura médica de que os exames propostos não teriam sensibilidade para detectar patologias responsáveis por mortes súbitas durante a prática de educação física.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputado CHICO LEITE
Relator

*Dep. Roberto Negreiros
 R. Leite*

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo feito foi para a derrubada do veto.

Eu gostaria de fazer um apelo aos nobres pares. Nós tivemos, no ano passado, vários assuntos sobre a matéria e vários óbitos. Então, acredito eu que nós precisamos estar atentos e fazer com que nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens tenham suas vidas preservadas ao fazerem educação física, pois nós enquanto pessoas de fé lutamos pela vida de cada um.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 26/03/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 384/11

Autor: Deputado(a): Luiza de Paula Executivo

Relator: Deputado(a): Roberto Nereus

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR		X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X				
	CELINA LEÃO	PSD		X				
	CHICO LEITE	PT		-		X		
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X				
	CRISTIANO ARAUJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PEN		X				
	ELIANA PEDROSA	PSD		X				
	EVANDRO GARLA	PRB		X				
	JOE VALLE	PSB		X				
	LILIANE RORIZ	PSD		-		X		
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X				
	PATRICIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN		X				
	RAAD MASSOUH	RPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RONEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD		X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	TOTAL			19		05		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. ELIANA PEDROSA ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	19	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA _____ MAT. _____ ASSP/ Nº _____ / _____ FOLHA Nº _____

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários e 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Eu indago aos Srs. Líderes se podemos entrar...

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Eu quero aproveitar para expressar os meus agradecimentos a todos os pares pela compreensão da importância do que nós estamos fazendo. É a vida que está em jogo.

Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje a Deputada Arlete Sampaio, nos encaminhamentos dos acordos das lideranças, falou sobre os projetos, e acho importante ser pontuado aqui algo que também foi encaminhado nas lideranças e que ainda não foi colocado.

No acordo de lideranças ficou definido que, impreterivelmente amanhã, nós iremos votar as comissões e o Corregedor da Câmara. Acho importante deixar esse esclarecimento aqui para a sociedade: esse encaminhamento ficou acordado hoje no Colégio de Líderes.

Eu gostaria também de pedir a inclusão na pauta do Requerimento nº 1.361, de 2012.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Tendo em vista que nós temos agora, neste momento, *quorum* qualificado, peço a V.Exa. que seja votado como item extrapauta o Projeto de Lei nº 1.244, de 2012, que diz respeito à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para pessoas com deficiência, corroborando a decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

Então, eu gostaria que ocorresse essa votação, porque nós não podemos perder essa prerrogativa do *quorum* qualificado que temos de 19 Parlamentares presentes. Agradeço a todos os Líderes presentes na reunião, porque nós temos como regra que todos os processos e os projetos passem pelas comissões. Foi acordado e eu quero agradecer a todos por isso, porque faríamos uma exceção com relação a esses dois projetos.

Muito obrigada.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu também, como Líder do meu bloco, entendo que o acordo está construído para a votação das comissões impreterivelmente amanhã neste plenário. Eu concordei em votar esses dois projetos, tendo em vista a relevância. Um, que trata do crédito para o Planetário, que já é uma obra de cinco anos e que já está virando motivo de chacota para Brasília; o outro, que é a questão dos deficientes também e que é uma homologação do que foi definido no Confaz.

Aqui há um acordo de Líderes e acho que é o entendimento dessa Presidência também. Foi inclusive bandeira de V.Exa., na sua campanha à Presidência, os projetos de governo passarem pelas comissões, e elas serem valorizadas e respeitadas. Por isso é fundamental que isto não vire regra na Casa: votarmos os projetos sem que sejam apreciados pelas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho o entendimento dos Líderes Deputada Celina Leão, Deputada Arlete Sampaio e Deputado Cristiano Araújo, que estão na mesma direção, no sentido de que sejam apreciadas as comissões no dia de amanhã e de que hoje votemos os projetos extrapauta, entendendo que é uma excepcionalidade, por não passarem nas comissões. Contudo, em função da urgência, o Colégio de Líderes entendeu que teríamos de encaminhar a matéria ao Plenário.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhando o que ficou acordado na reunião de Líderes, solicito apenas a inversão da pauta para a votação desses dois projetos extrapauta que a nobre Deputada Arlete Sampaio pediu, até para não correremos o perigo, já que é uma matéria tão importante, de perdermos o *quorum*.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 24

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o pedido de votação do item extrapauta que a nobre Deputada Arlete Sampaio e o nobre Deputado Cristiano Araújo mencionaram sobre a questão dos deficientes. Eu havia remetido também um ofício sobre a questão da votação à Presidência desta Casa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho o entendimento de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas fazendo uma correção, pois me equivoquei. O número do processo que deverá ser submetido à votação é o Processo nº 35, que trata da redução do ICMS para pessoas com deficiências.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Processo nº 35. Correto, Deputada.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 45, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições e os itens extrapauta incluídos nessa Ordem do Dia. Ou seja, podemos entrar na extrapauta com estes dois itens: o Processo nº 35 e o Projeto de Lei nº 1.348, de 2013, do Poder Executivo, que é um crédito especial de 11 milhões de reais?

Consulto o Líder do bloco do PTB, Deputado Cristiano Araújo, se há acordo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, por parte do bloco do PTB, há acordo. É fundamental a imediata votação pelo risco de perdermos o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Consulto a Líder Deputada Celina Leão se há acordo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Consulto o Líder Deputado Chico Vigilante se há acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, há acordo, menos com relação aos requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Consulto o Líder Deputado Olair Francisco se há acordo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, há acordo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
26	02	2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				25	

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Consulto o Líder Deputado Joe Valle se há acordo.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há acordo para a votação dos projetos de lei que foram tratados no Colégio de Líderes.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Processo nº 35, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “submete convênios para homologação”, que será transformado em projeto de decreto legislativo de homologação dos convênios ICMS nº 38, de 30 de março de 2012, e nº 135, de 17 de dezembro de 2012, quando do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para discussão e votação em turno único.

Solicito ao Deputado Agaciel Maia que assuma a relatoria ou indique relator para a matéria.

Na ausência do Deputado Agaciel Maia, esta Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Esta Presidência alerta o Sr. Relator de que o parecer deverá concluir na apresentação de projeto de decreto legislativo, no caso da sua aprovação na comissão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 35, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “submete convênios para homologação”.

Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2013****Da COMISSÃO DE ECONOMIA,
ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o
PROCESSO Nº 35/2013, que "submete
convênios para homologação".****Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado****I – RELATÓRIO.**

O Processo nº 35/2012 submete à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal para homologação os convênios ICMS 38, de 30 de março de 2012, e ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012, publicados no Diário Oficial da União respectivamente em 09 de abril de 2012 e em 20 de dezembro de 2012.

O Convênio ICMS 38/2012 isenta do ICMS as saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo quando adquirido por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Já o Convênio ICMS 135/2012 promove alterações no precitado Convênio ICMS 38/2012 para aperfeiçoar aspectos procedimentais e para aclarar que o conceito de deficiência mental adotado no Convênio original é, em verdade, o de deficiência mental severa ou profunda.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR.

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 64, II, "c" atribui a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para analisar a admissibilidade e emitir parecer de caráter terminativo sobre proposição de natureza tributária, creditícia, orçamentária,

financeira e patrimonial.

Nesse contexto, o Processo nº 35/2013 atende ao disposto no § 6º do art. 135 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determina a homologação de Convênios firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Verifica-se que o benefício fiscal objeto dos Convênios ora analisados está adequadamente estimado e inserido nos quadros de projeção da renúncia de receita da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, em atendimento ao requisito do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

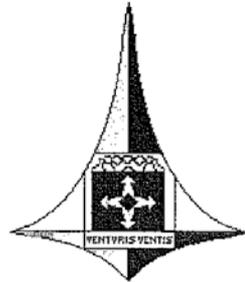
Ante o exposto, voto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela HOMOLOGAÇÃO dos Convênios ICMS 38, de 30 de março de 2012, e ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012, nos termos da Minuta do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Sala das Comissões,

Deputado
Presidente


Deputado
Relator

L I D O
Em: 26/02/13
Assessoria de Presidência



DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 193 /2013

(Autoria: Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

Homologa o Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012, e o Convênio ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados, no âmbito do Distrito Federal, os Convênios ICMS 38, de 30 de março de 2012; e ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012, aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Deputado

ACERSCOM DE PLENARIO
26/02/13
Assinatura Matrícula

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		26

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Como o Deputado leu o decreto legislativo, nós iremos apreciar o teor do projeto de decreto legislativo.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a importância da homologação desse convênio ICMS nº 38, que foi homologado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária em março de 2012 e que só chegou à Câmara Legislativa nesse início de ano. Essa homologação vem repor um direito adquirido através de leis anteriores, de projetos de decreto legislativo anteriores às pessoas portadoras de deficiências física, visual, mental e autista à isenção do ICMS na compra de veículos. Eu, inclusive, percebendo essa vacância, tinha feito um alerta ao governo. Como ninguém me respondeu, fiz uma proposta de projeto de decreto legislativo nesse sentido, o PDL nº 187, de 2013, que foi protocolado por mim no início de janeiro. Neste momento, Sr. Presidente, faço a retirada de pauta desse projeto, tendo em vista que ele perde objeto porque o mais importante de tudo é que as pessoas que portem qualquer tipo de deficiência, e que está prevista no convênio, possam gozar desse benefício.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Agradeço a compreensão da Deputada Eliana Pedrosa e explicações sobre a matéria, que restabelece ao deficiente o direito de adquirir veículo com o devido tratamento fiscal da matéria.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2013**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193/2013, que homologa os Convênios ICMS 38, de 30 de março de 2012, e 135, de 17 de dezembro de 2012.

**Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado**

I – RELATÓRIO.

O Processo nº 35/2012 submete à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal para homologação os convênios ICMS 38, de 30 de março de 2012, e ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012, publicados no Diário Oficial da União respectivamente em 09 de abril de 2012 e em 20 de dezembro de 2012.

O Convênio ICMS 38/2012 isenta do ICMS as saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo quando adquirido por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Já o Convênio ICMS 135/2012 promove alterações no precitado Convênio ICMS 38/2012 para aperfeiçoar aspectos procedimentais e para aclarar que o conceito de deficiência mental adotado no Convênio original é, em verdade, o de deficiência mental severa ou profunda.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Processo nº 35/2012 foi aprovado na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado em anexo ao parecer do nobre Deputado relator daquela Comissão.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR.

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 63, inciso I, atribui a esta Comissão de Constituição e Justiça a competência para examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, proferindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos, de acordo com o art. 63, § 1.º, do mesmo Código.

O Processo n.º 35/2013 respeita as regras e princípios normativos emanados da Constituição Federal de 1988, notadamente o art. 155, § 2.º, inciso XII, alínea "g", da Carta Federal, que exige o convênio firmado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para a concessão de isenção do ICMS por parte dos estados-membros e do Distrito Federal.

A proposição em análise também se harmoniza com o § 6º do art. 135 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o qual determina a homologação desses convênios do CONFAZ por parte da Câmara Legislativa para que eles produzam os seus efeitos jurídicos no âmbito do Distrito Federal.

Ante o exposto, nosso voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, é pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO da homologação de convênios ICMS constantes do Processo n.º 35/2013, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 193/2013 proposto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Sala das Comissões,

**Deputado
Presidente**

**Deputado
Relator**

Dip. Roberto Nogueira
PMDB-DF

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 26/02/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 26/02/2013

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
- CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROCESSO Nº _____
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 193/12
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): CEOF Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC						
	ARLETE SAMPAIO	PT	✓					
	AYLTON GOMES	PR	✓					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	✓					
	CELINA LEAO	PSD	✓					
	CHICO LEITE	PT				✓		
	CHICO VIGILANTE	PT	✓					
	CLAUDIO ABRANTES	--	✓					
	CRISTIANO ARAUJO	PTB	✓					
	DR. MICHEL	PEN	✓					
	ELIANA PEDROSA	PSD	✓					
	EVANDRO GARLA	PRB	✓					
	JOE VALLE	PSB	✓					
	LILIANE RORIZ	PSD				✓		
	LUZIA DE PAULA	PEN	✓					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	✓					
	PATRICIO	PT				✓		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	✓					
	RAAD MASSOUH	PPL				✓		
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB	✓					
	RONEY NEMER	PMDB				✓		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	✓					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	✓					
	WASNY DE ROURE	PT	✓					
	TOTAL		10			6		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO *(Art.109 parágrafo 8º de RI)

SECRETÁRIO DEP. ACIRMA RODRIGUES
CONSOLIDADO POR 1384
ASSINATURA _____ MAT. _____
ASSP/ _____ Nº _____ / _____
FOLHA Nº _____

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado em turno único.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012, e o convênio ICMS 135, de 17 de dezembro de 2012”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.348, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais)”.

A Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.348, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais)”.

Verificamos que é para “Gestão da Iluminação Digital”, 7 milhões, e também “Manutenção do Planetário”, no valor de 4 milhões, perfazendo um total de 11

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		29

milhões. Preenche todos os critérios dentro da previsão orçamentária. Portanto, não há nenhum obstáculo em ser aceito.

Somos, portanto, pela aprovação da matéria.

Por outro lado, queremos dizer que as emendas apresentadas à Mesa sobre mudanças de recursos de vários Deputados ficam prejudicadas, aguardando a composição definitiva das comissões para que possamos, em março, em outro crédito, apreciar as emendas. Portanto, ficam prejudicadas as emendas neste projeto.

É o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2013****DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1.348/2013 QUE "ABRE CRÉDITO ESPECIAL À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 11.000.000,00 (ONZE MILHÕES DE REAIS).****Autor: Poder Executivo****Relator:****I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, Projeto de Lei nº 1.348/2013, que ABRE CRÉDITO ESPECIAL À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 11.000.000,00 (ONZE MILHÕES DE REAIS).

O art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe visa incluir subtítulos do orçamento alocado à Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, com os seguintes valores e finalidades:

- Subtítulo "Gestão da Iluminação Digital" no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para custear a implantação e execução da Política de Banda Larga, provendo acesso à internet na região central de Brasília;
- Subtítulo "Manutenção do Planetário" no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reabertura do equipamento público de difusão do conhecimento.

De acordo com o art. 2º da proposição, os recursos necessários ao atendimento do crédito suplementar decorrerão integralmente de superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de exercício anterior, fonte de financiamento que tem previsão no art. 43, §1º, I, da Lei nº 4.320/64¹.

Já o art. 3º tem por escopo a inclusão de programas de trabalho no rol dos Projetos Estruturantes para o Distrito Federal, instituído no art. 8º, § 2º, da Lei Orçamentária Anual de 2013.

Seguem as cláusulas de vigência e revogação.

O Projeto de Lei está instruído por Exposição de Motivos, Demonstrativo de Superávit e Anexos de suplementação e de Inclusão de Programas de Trabalho como

¹ Art. 43. "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – "o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior";



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PEDF, resumo do PL e demonstrativo da previsão da despesa de pessoal e encargos sociais para o exercício de 2012.

No âmbito da CEOF, foram propostas 19 (dezenove) emendas aditivas e uma emenda supressiva, sendo esta última no intuito de suprimir o art. 3º do PL sob exame.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A análise do presente crédito adicional será feita em duas partes, quais sejam:

- 1) verificação da adequação do PL às normas legais;
- 2) análise dos recursos necessários ao atendimento do crédito.

II.1 - ADEQUAÇÃO DO PL /2013 ÀS NORMAS LEGAIS

A tabela 01 mostra a adequação do projeto em exame frente às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, quais sejam: a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei nº 4.320/1964; a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000); o Plano Plurianual (Lei nº 4.742/11); a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2013 (Lei nº 4.895/2012); e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2013 (Lei nº 5.011/2012).

Tabela 02- Verificação da adequação do PL nº. 915/2012 à legislação

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.	Art. 43, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1.348/13 demonstrou a existência de recursos disponíveis e foi acompanhado de exposição justificativa.
Consideram-se recursos, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente	Art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1.348/13 utiliza como recursos superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de exercício anterior.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
possibilite ao poder executivo realizá-las.		
O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.	Art. 46, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1.348/13 traz essas informações.
A Lei Orçamentária, e, conseqüentemente, os projetos de lei que a alterem, deverão manter compatibilidade com o PPA e com a LDO.	Art. 149, § 4º, da LODF.	Verifica-se que os programas e as ações incluídos estão compatíveis com o Plano Plurianual - PPA 2012/2015, Lei nº 4.742/11 e com a LDO.
É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Art. 151, V, da LODF. Art. 167, V, da CF/88.	O PL nº. 1.348/13 foi encaminhado a fim de receber autorização legislativa e apresentou os recursos necessários ao atendimento do crédito.
Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.	Art. 151, §1º, LODF	Não aplicável.
Qualquer proposição que implique alteração, direta ou indireta, em dotações de pessoal e encargos sociais deverá ser acompanhada de demonstrativos da última posição orçamentária e financeira, bem como de suas projeções para o exercício em curso.	Art. 152, LODF.	Não aplicável.
As proposições de créditos adicionais que envolvam anulação de dotações de pessoal e encargos sociais somente poderão ser apresentadas à Câmara Legislativa no último trimestre do exercício financeiro relativo à lei orçamentária.	Art. 152, parágrafo único, LODF.	Não aplicável.
O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na Lei Orçamentária e nas de crédito adicional.	Art. 5º, § 2º, da LRF.	Não aplicável.
É vedada a alocação e a aplicação de receita de capital derivada de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesa corrente.	Art. 44, LRF.	Não aplicável.
A lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos e subtítulos novos se contemplados: I -- prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei;	Art. 6º, da LDO/2013.	Atendido.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
<p>II – projetos e subtítulos em andamento;</p> <p>III – despesas com a conservação do patrimônio público;</p> <p>IV – despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal;</p> <p>V – despesas com a criança e o adolescente e conselho tutelar;</p> <p>VI – contrapartidas de contratos e convênios;</p> <p>VII – recursos suficientes para viabilizar a conclusão de uma etapa ou de uma unidade completa, incluindo as contrapartidas;</p> <p>VIII – despesas com idosos.</p> <p>IX – despesas com acessibilidade.</p>		
<p>O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo os dados e informações constantes dos projetos de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais, inclusive em meio magnético de processamento de dados, bem como os detalhamentos utilizados na sua consolidação.</p>	Art. 16, LDO/2013	Atendido.
<p>Serão objeto de atividade específica as despesas relacionadas com publicidade e propaganda do Poder Legislativo e dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Poder Executivo, observadas as disposições do art. 149, §9º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Distrital nº 3.184, de 29 de agosto de 2003.</p>	Art. 17, da LDO/2013	Não aplicável.
<p>As despesas com publicidade e propaganda serão registradas em subtítulos específicos, segregando-se as dotações destinadas às despesas com publicidade institucional daquelas destinadas à publicidade de utilidade pública.</p>	Art. 17, § 1º da LDO/2013	Atendido.
<p>As despesas com publicidade e propaganda somente poderão ser suplementadas ou criadas por meio de lei específica.</p>	Art. 17, § 2º da LDO/2013	Atendido.
<p>Serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos de créditos adicionais que modifiquem a lei orçamentária anual, desde que:</p> <p>I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei;</p> <p>II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:</p>	Art. 30, LDO/2013	Não foram apresentadas emendas ao PL.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
<p>a) dotações para pessoal e encargos sociais;</p> <p>b) serviço da dívida;</p> <p>c) sentenças judiciais;</p> <p>d) Programa de Integração Social e Contribuição do Fundo de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP;</p> <p>e) despesas relativas à concessão de benefícios a servidores.</p> <p>III – estejam relacionadas com:</p> <p>a) a correção de erros ou omissões;</p> <p>b) os dispositivos do texto do projeto de lei.</p>		
<p>Não serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual, bem como aos projetos que modifiquem a Lei Orçamentária Anual, que transfiram:</p> <p>I – dotações cobertas com receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista para atender à programação a ser desenvolvida por outra entidade que não a geradora do recurso;</p> <p>II – recursos provenientes de convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares vinculados a programações específicas, inclusive aqueles destinados a contrapartida, identificados pelo IDUSO diferente de zero;</p> <p>III – recursos provenientes de concessão de empréstimo e financiamento;</p>	Art. 30, Parágrafo Único, LDO/2013.	Não foram apresentadas emendas ao PL.
<p>É vedado ao Poder Executivo cancelar dotações orçamentárias e modificar fontes do Poder Legislativo, bem como dos subtítulos incluídos na Lei Orçamentária de 2013 pelo Poder Legislativo.</p>	Art. 31 da LDO/2013.	Não aplicável.
<p>Os projetos de lei de créditos adicionais apresentados à Câmara Legislativa para aprovação e os decretos de créditos suplementares editados pelo Poder Executivo obedecerão à forma e aos detalhamentos estabelecidos na Lei orçamentária Anual ou no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, respectivamente.</p>	Art. 59, da LDO/2013.	Atendido.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
Os projetos de lei de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados do Quadro de Detalhamento da Execução da Despesa Orçamentária e da justificação das alterações propostas, e apresentados inclusive em meio magnético com formato compatível com banco de dados, editores de textos e planilhas de cálculos.	Art. 59, § 1º, da LDO/2013.	Atendido.
Os créditos adicionais destinados à despesa com pessoal e encargos sociais, a serem submetidos à Câmara Legislativa, deverão ser encaminhados por meio de projeto de lei específico para esta finalidade.	Art. 59, § 3º, da LDO/2013	Não aplicável.

II.2 – ANÁLISE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DO CRÉDITO ADICIONAL

De acordo com o PL em exame, a fonte de recurso necessária ao atendimento do crédito decorrerá de superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de exercícios anteriores.

II.3 - CONCLUSÃO

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, 'b'), compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre créditos adicionais.

O referido Projeto de Lei visa incluir subtítulos do orçamento alocado à Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, com os valores mencionados no Relatório deste Parecer, e incluir programas de trabalho no rol dos Projetos Estruturantes para o Distrito Federal, instituído no art. 8º, § 2º, da Lei Orçamentária Anual de 2013.

De acordo com o art. 2º da proposição, os recursos necessários ao atendimento do crédito especial decorrerão de superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de exercício anterior, fonte de financiamento prevista no art. 43, §1º, I, da Lei nº 4.320/64².

No que tange às emendas apresentadas, entendemos que a Emenda Supressiva do art. 3º do PL deve ser aprovada, no âmbito de um acordo para que o dispositivo seja reapresentado e apreciado em futuro próximo, na forma de emenda ao PL nº 1.366/2013 ou outro Projeto de Lei de crédito orçamentário.

² Art. 43. "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – "o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior"

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Quanto às emendas aditivas, entendemos que devem ser transferidas para o PL nº 1.366/2013 para posterior apreciação.

Dado o exposto, somos pela **admissibilidade e aprovação** do **Projeto de Lei nº 1.348/2013**, de autoria do Poder Executivo, por atenderem aos requisitos formais e materiais do ordenamento jurídico e por seus objetos propiciarem o desenvolvimento da atuação governamental, e da emenda supressiva ao art. 3º do Projeto.

Deputado

Presidente

Deputado

Relator

Benedito Domingos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 02 2013	Horário Início 16h20min	Sessão/Reunião 8ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 30

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Houve um acordo para que fossem retiradas as emendas de Parlamentares e colocadas no próximo crédito. Agora, há uma emenda que diz respeito a esse próprio crédito, porque está tirando da Câmara mais uma prerrogativa, a de passar alguns créditos aqui na Câmara. O art. 3º transfere para o rol de projetos estruturantes mais R\$542.624.000,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil reais) do limite dos 20%.

Então, acho que os Parlamentares deveriam fazer uma reflexão sobre isso, porque dentro do rol dos projetos estruturantes hoje estão pracinhas, equipamentos de ginástica... Quer dizer, isso não é projeto estruturante. Além daquilo que foi permitido, feito e votado pela Câmara na LOA de 2013, o governo agora está retirando mais R\$542.624.600,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e seiscentos reais) que não teriam mais que passar pela Câmara. Os montantes são muito altos, passam de 3 bilhões de reais, que não têm que passar mais pela Câmara.

Então, eu queria que houvesse uma reflexão sobre isso antes que os Parlamentares fizessem a votação.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que nós não estamos rejeitando nenhuma emenda, apenas estamos pedindo a sua retirada para que seja apresentada posteriormente. No caso da emenda da nobre Deputada Eliana Pedrosa, como se trata simplesmente de correção de texto, não há nenhuma implicação, não altera os valores, pode ser, então, acatada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Está acatada essa emenda supressiva? Eu não tenho a numeração dela.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Não se trata simplesmente de correção do texto da publicação? Eu não vejo nenhuma inconveniência; agora, as demais emendas...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Isso que eu queria propor, Sr. Presidente, a questão do crédito suplementar...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Cristiano Araújo, deixe só o Relator concluir o parecer dele.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sim.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Eu acho o seguinte: como as comissões ainda não foram oficializadas, se possível, se pudéssemos apenas apreciar o projeto

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

apresentado e deixar as emendas para serem apresentadas no próximo crédito que for votado, já com as comissões devidamente organizadas... Porque dentro do contexto legal, eu não sou mais da CEOF, porque eu pertencia ao mandato de 2012, e ainda não fui oficializado como integrante da CEOF para o exercício de 2013. E ainda nem foi votada a comissão nesta Casa. Por isso acho que, se possível, seria mais adequado que as emendas pudessem ser apreciadas na próxima semana, quando já estarão funcionando as comissões devidamente oficializadas. Nós estamos dando um parecer aqui, Sr. Presidente, mas, oficialmente, eu não sou mais da CEOF. Existe um vácuo, porque o mandato anterior da comissão foi encerrado e o novo mandato ainda não foi efetivado. Por isso eu gostaria que as emendas não fossem apreciadas, mas o relatório do projeto... Talvez não como membro da comissão, mas como participante da comissão anterior... O projeto está praticamente em andamento... Não vejo nenhum obstáculo a votarmos a suplementação desse crédito sem as emendas, que aguardariam o próximo crédito para serem apreciadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Benedito Domingos, V.Exa. está indicado, pelo seu bloco, a integrar a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa para este ano legislativo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar a seguinte questão junto com a Líder do Governo: a questão do crédito seria votada, mas o que o projeto de lei está propondo é que ficaria a mobilidade do governo de remanejar quase 1 bilhão de reais de acordo com os projetos estratégicos. Desse assunto, eu não tenho clareza ainda. Então, a gente suprimiria isso aí e discutiria no outro crédito, sem prejuízo de o crédito ser aprovado para os fins que forem necessários, sem prejuízo para o governo. Esse debate maior, amplo, sobre a questão do artigo 3º, que é a emenda proposta pelos Líderes... Eu acho que seria questão de ponderarmos se haveria algum problema em discutirmos amanhã, na reunião das 11h, enfim. Agora, a proposta do Deputado Benedito Domingos não atende, porque ela exclui a emenda e aí passa a valer o que o crédito está propondo, é o que está no texto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Cristiano Araújo, V. Exa. está propondo a supressão de qual artigo?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Aprovarmos só a emenda do art. 3º para podermos discutir amanhã na reunião de Líderes.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – O que nós acertamos no Colégio de Líderes eu gostaria que fosse mantido: que todas as

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

emendas pudessem ser adicionadas ao próximo crédito, que chegou hoje, inclusive, para que nós possamos fazer a discussão, e que nós votássemos o projeto de lei na íntegra. São dois temas, como já foi dito, de extrema importância, que devem ser aprovados o mais rápido possível, porque já está em andamento tanto a questão do *wi-fi* na área central de Brasília, quanto a questão do Planetário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, o que acontece hoje... Eu gostaria da compreensão da Deputada Eliana Pedrosa. Digamos que uma comunidade reivindique a construção de uma ponte que caiu. O projeto é feito, o recurso é destinado. Chegam os órgãos de meio ambiente e dizem que aquela ponte não pode ser feita. Aquele dinheiro fica bloqueado porque estava destinado para aquela ponte. O que o governo está pedindo é a liberdade, tendo em vista que o crédito já foi aprovado; se aquele projeto ali está impedido, que seja colocado num outro projeto para que seja feita a licitação e para que as coisas andem. A gente tem visto isso aqui constantemente. O Deputado Dr. Michel mesmo sempre diz: "Minha rua lá não é asfaltada, a luz não foi colocada lá na estrada..." Portanto, é nesse sentido. Nós não estamos dando liberdade absoluta para o governo, estamos dando um pouco mais de agilidade para o Executivo. É essa a compreensão que nós gostaríamos que esta Casa tivesse.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, eu gostaria de tocar no ponto do que a Deputada Arlete Sampaio falou sobre o acordo. O acordo dizia respeito a emendas de remanejamento de emendas passadas de Parlamentares. Eu tenho uma emenda, eu quero trocá-la por outra. Isso nós estamos cumprindo. Eu mesma tinha três remanejamentos e concordei plenamente. Essa emenda é uma emenda de texto. Eu só gostaria de lembrar aos colegas que, na votação da LOA de 2013, nós demos carta branca ao governo, sem passar pela Câmara Legislativa, cerca de 3 bilhões de reais. Então, acho que é um valor suficiente para esses pequenos entraves burocráticos.

Voltando também à votação do orçamento, eu quero dizer que eu fazia parte da Comissão de Orçamento e passou batido por mim, eu não vi. Houve uma justificativa apresentada pelo Presidente que fez a emenda, Deputado Agaciel Maia, de que era de projetos estruturantes. Depois eu vi que tinha um anexo, só depois de votado, com um rol de projetos que incluía até pracinhas, coisas pequenas, que não são projetos estruturantes. Ali estava praticamente tudo.

Agora, vem esse projeto de 11 milhões para o Planetário no início do ano. No meu entender, sua única razão de ser é para justificar esse artigo 3º, porque o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		33

governo tem a faculdade de remanejar esses 20%. Por que ele não está fazendo? Ele tem uma margem de 20%, o ano está começando, o orçamento está inteiro. Ele pode remanejar à vontade. Onze milhões é nada num orçamento que passa de 17 bilhões.

Então, na verdade, o cerne da discussão é se nós vamos ampliar em mais 700 milhões esses 3 bilhões que já não passam pela Câmara. Eu falo isso com a maior tranquilidade, porque eu não vou fazer parte da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Aliás, eu vejo que a força da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de analisar, de ver as destinações de recursos para aquilo que é prioritário, de fazer discussão com a população, está muito reduzida. É isso o que eu faço. Como tem um crédito que, de acordo com o que falou a Deputada Arlete Sampaio, será discutido, eu acho que poderíamos aprovar essa emenda e fazer uma discussão, como foi proposto com os Parlamentares, com os Líderes, com os novos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para ver se devem prevalecer mais 700 milhões em cima dos 3 bilhões que foram autorizados sem que passem pela Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu vou encaminhar a matéria da seguinte forma: a autora da proposição, Deputada Eliana Pedrosa, pede que seja reconsiderada por parte do Relator a referida emenda de sua autoria. Nós vamos ouvir a opinião do Relator e, depois, vamos à deliberação. Há acordo quanto a isso, quanto ao procedimento? Indago aos colegas Parlamentares. (Pausa.)

Não havendo quem queira discordar, retorno a palavra ao Relator da matéria para que externe o seu parecer. Depois, iremos à discussão e ao encaminhamento.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no que tange às emendas apresentadas, entendemos que a emenda supressiva do art. 3º do projeto de lei deve ser aprovada no âmbito de um acordo para que o dispositivo seja reapresentado e apreciado em futuro próximo, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.366, de 2013, ou outro projeto de lei de crédito orçamentário. Seria essa a nossa proposição. Como se trata de emenda simplesmente modificativa de texto, ela seria aprovada e submetida a uma discussão, a um acordo, e seria reapresentada quando fosse examinado novo crédito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Indago a proponente da matéria se está de acordo com esse encaminhamento de que a emenda seja reapresentada no próximo projeto de lei que já está protocolado na Casa, para que possamos dar encaminhamento à apreciação da matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 02 2013		16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA		34

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O parecer do Relator é para que a referida emenda seja apresentada no próximo projeto de crédito especial, que já foi protocolado. Eu estou indagando a proponente da matéria se está de acordo com esse encaminhamento do Relator.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Entendo que a emenda supressiva seja aprovada no âmbito de um acordo para que o dispositivo seja reapresentado e apreciado em futuro próximo na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.366. Ou seja, o texto terá de ser rediscutido e examinado na próxima votação.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, a questão é que está confuso. Está confuso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu estou entendendo, Deputada Eliana Pedrosa: o parecer do Relator é que a matéria seja remetida no próximo projeto de suplementação orçamentária. É isso, Relator?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pois é. Se é isso, não se pode dizer que está aprovado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para esclarecer o Deputado Chico Vigilante. Neste momento, o acordo é para que acatemos a emenda supressiva para votarmos o projeto. No próximo projeto de suplementação, retornaremos com o conteúdo do que está aí para que seja acrescido no próximo projeto. Essa é a questão. Por isso, há um acordo para o acatamento da emenda supressiva.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, vou ler mais uma vez:

“No que tange às emendas apresentadas, entendemos que a emenda supressiva do art. 3º do projeto de lei deve ser aprovada no âmbito de um acordo para que o dispositivo seja reapresentado e apreciado em futuro próximo, na forma de emenda do Projeto de Lei nº 1.366, de 2013, ou outro projeto de lei de crédito orçamentário”. Está correto?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, a minha dificuldade de compreensão, e eu não tenho tanta falta de inteligência assim, é que, da maneira que está colocado... Emenda, ou se acata ou não se acata. Dizer que há um acordo...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	02	2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Perfeito. Há o acordo. Isso, sempre fizemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, o Relator, na realidade, acatou a emenda da nobre Deputada, dizendo que na próxima matéria o governo deverá rerepresentar o assunto. Então, a emenda da nobre Deputada Eliana Pedrosa – se não me engano, Emenda nº 3 – está aprovada pelo Sr. Relator. Emenda nº 22 ao art. 3º, perdoem-me.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Mas ela fica condicionada a uma rerepresentação de um acordo entre as Lideranças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que o que foi colocado na reunião de Líderes é que haveria um projeto de lei que seria urgente, de 11 milhões, para suplementar a obra do Planetário. Baseado nisso, os Parlamentares que já estão... Brasília já é motivo de chacota com a questão do Planetário; então nós topamos votar. Aí veio esse entendimento do texto, que os Parlamentares não haviam compreendido claramente. Então, fica acatada a emenda da Deputada Eliana Pedrosa que suprime essa parte do texto, e o Secretário de Assuntos Parlamentares, Willemann, vai preparar a nota técnica para entendermos o que o governo quer fazer com esses 700 milhões. Foi isso que ficou acordado entre os Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Portanto, a matéria está acolhida pelo Relator.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.348, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2013	16h20min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	36		

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Eu gostaria de registrar a votação do parecer da CEOF ao Processo nº 35, de 2013, com relatoria do Deputado Cláudio Abrantes: foi aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de retificar a quantidade de Parlamentares em plenário. São 15 Deputados. O Deputado Evandro Garla se encontra aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Então, corrijo o número de Deputados. A informação confere com a Assessoria. São 15 Parlamentares que votaram o Projeto de Lei nº 1.348.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero nesta tarde, nesta noite, levar meus cumprimentos ao Conselho Superior do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que por 15 votos a zero – porque houve uma abstenção – acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, fruto de uma representação que eu havia feito àquela Casa com relação ao reajuste do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Portanto, meus cumprimentos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal pelo acatamento e pela decisão unânime de que realmente o projeto era inconstitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência vai encerrar esta sessão e convocar sessão extraordinária imediatamente após esta para que possamos apreciar em segundo turno um único projeto de lei: o Projeto de Lei nº 1.348, de 2013.

Declaro encerrada a presente sessão e convoco sessão extraordinária para tratar, em segundo turno, de um único item da Ordem do Dia: discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.348, de 2013, de autoria do Poder Executivo.

(Levanta-se a sessão às 18h30min.)